

Público	Periodicidade: Diário
05-02-2021	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 16

Ventura quer PGR a repudiar queixa de Ana Gomes

Ex-candidata presidencial entregou na Procuradoria-Geral da República mais de 40 razões a opor à legalização do Chega

O líder do Chega, André Ventura, tem esperança de que a procuradora-geral da República, Lucília Gago, repudie “o quanto antes” o pedido da ex-candidata presidencial Ana Gomes sobre a legalização do partido. “Não deixa de me surpreender que alguma candidata dita democrática e militante de um partido democrático [PS] tenha como objectivo ilegalizar um partido. Só mostra que a doutora Ana Gomes saiu do MRPP mas o MRPP nunca saiu da doutora Ana Gomes”, considerou ontem Ventura, falando aos jornalistas em Ponta Delgada, à margem de uma reunião com dirigentes açorianos do Chega.

E concretizou: “O que nós esperamos é que a senhora procuradora-geral da República possa o quanto antes repudiar esta acção da doutora Ana Gomes”. “Isto é uma ofensa a milhares de militantes do Chega”, disse Ventura, reiterando que diversas sondagens dão actualmente o partido como a terceira força política em Portugal. O Ministério Público confirmou entretanto que está mesmo a analisar a queixa da embaixadora socialista – como faz a todas as denúncias que lhe chegam.

Ontem, Ana Gomes apresentou uma queixa na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a legalização do Chega, elencando mais de 40 razões para justificar a sua pretensão. “O Tribunal Constitucional [TC] e o Ministério Público [MP] não podem continuar a eximir-se à responsabilidade que lhe está cometida”, diz a socialista, pedindo à PGR que “instrua o MP a desencadear um processo de reapreciação da legalidade do Partido Chega pelo TC e de consideração da eventual extinção judicial desse partido”.

Ana Gomes, que ficou em segundo lugar na eleição presidencial de 24 de Janeiro, um ponto percentual à frente de André Ventura, líder do Chega, pede ainda à PGR que investigue o financiamento do partido e seus líderes e “as agressões, ameaças e incitamentos à violência que o referido partido, seus dirigentes e diversos militantes vêm desencadeando contra jornalistas e activistas políticos, incluindo a signatária”.

PÚBLICO/Lusa